MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA SEGURANÇA ALIMENTAR: INFLUÊNCIAS DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS NAS RELAÇÕES BRASIL – ÁFRICA

BRUNO VALIM MAGALHÃES
Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília
Pesquisador Associado do Grupo de Pesquisa em Regimes Jurídicos do Direito Alimentar
Assistente de Programa do Centro de Excelência contra a Fome

CHRISTIANI AMARAL BUANI
Doutora em Direito Internacional pelo Centro Universitário de Brasília
Pesquisadora Associada do Grupo de Pesquisa em Regimes Jurídicos do Direito Alimentar
Chefe de Programa do Centro de Excelência contra a Fome

RESUMO: Este artigo avalia a cooperação Sul-Sul entre Brasil e África Ocidental sob a ótica das parcerias para o desenvolvimento e da erradicação da fome da Agenda 2030. Para tal, analisou-se a ligação da política exterior do Brasil à experiência brasileira no combate à fome por meio do componente de alimentação escolar da estratégia Fome Zero. Foram aplicados modelos de teoria da mudança e de *path-dependence* em três estudos de caso (Senegal, Togo e Gâmbia). Com isso, estimou-se que a cooperação no combate à fome foi positivamente complementada pelas ações do Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos. Essa adição traduz-se como uma aproximação suplementar diplomática entre o Brasil e aqueles países em relação à cooperação Sul-Sul impulsionada pelas agências do governo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Parcerias para o Desenvolvimento Brasil-África; Cooperação Sul-Sul Trilateral; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SOUTH-SOUTH COOPERATION FOR FOOD SECURITY: INFLUENCES OF THE WORLD FOOD PROGRAMME CENTRE OF EXCELLENCE ON BRAZIL – AFRICA RELATIONS

ABSTRACT: We evaluated the South-South cooperation between Brazil and Western Africa from the Agenda 2030 perspective of partnerships for development, and zero hunger objectives. Applying a theory of change and a path-dependent model to three case studies (Senegal, Togo, and the Gambia), we analyzed the Brazilian experience in fighting hunger through its Zero Hunger strategy's school feeding component. Illustrating its connection to Brazil's foreign policy, we estimated that the cooperation in fighting hunger was positively complemented by the actions of the World Food Programme Centre of Excellence. That connection was translated as an additional diplomatic rapprochement impact between Brazil and those countries in relation to Brazilian South-South cooperation agents.

KEYWORDS: Brazil-Africa Partnerships for Development; Trilateral South-South Cooperation; Sustainable Development Goals

INTRODUÇÃO

Ao prescrever a Erradicação da Fome e as Parcerias pelas Metas como dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas– ODS, em 2015, incentivaram-se espaços para a ampliação dos esforços para a cooperação internacional e para o intercâmbio entre setores das diversas regiões do mundo. O objetivo de Erradicar a Fome acarreta aumentar o investimento e o reforço da cooperação internacional para atingir e manter segurança alimentar e nutricional. Esses investimentos focam-se, principalmente, em infraestruturas rurais, programas e políticas sociais que visem prover tal garantia para um desenvolvimento sustentável.

Por segurança alimentar e nutricional, as Nações Unidas entendem que as pessoas estão seguras quando têm, em todos os momentos, acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para manter uma vida saudável e ativa. Analistas sintetizam a combinação de três elementos principais para atingir tal garantia: i) a disponibilidade: alimentos devem estar ofertados em quantidades suficientes e de forma consistente; ii) o acesso: as pessoas devem ser capazes de adquirir regularmente quantidades adequadas de alimentos, por meio de compra, produção caseira, troca, ajuda ou assistência alimentar; iii) a utilização: os alimentos consumidos devem ter um impacto nutricional e sanitário positivo nas pessoas (WFP, 2013).

Nesse sentido, como uma porta de entrada daquela garantia, a alimentação escolar é uma iniciativa buscada pelos países em desenvolvimento (WFP, 2013) para atingir progresso sustentável em seus indicadores de segurança alimentar. Adicionalmente, os programas de alimentação escolar podem proporcionar impactos de natureza multisetorial. Por exemplo, o incremento de indicadores educacionais e de saúde dos escolares e suas famílias (UNESCO, 1999). Outro efeito complementar implica na promoção do

aumento da capacidade de produção agrícola nos países de menor desenvolvimento relativo (IPC-IG, WFP, 2013).

O elemento de produção agrícola da alimentação escolar é promovido quando ele é dotado do componente de aquisição local de alimentos. Esse ponto pode impactar positivamente a rede de produção e a economia locais pelo crescimento inclusivo do produtor local e familiar (SABATES-WHEELER, 2010). Isso promove, marginalmente, o fomento de coesão social pelo incremento do capital humano rural (DEBERTIN, GOETZ, 2013). Finalmente, estimulando, a partir do médio prazo, o desenvolvimento social de forma abrangente (BUANI, 2014).

Tais conexões ocorrem porque garantir a segurança alimentar requer políticas que trabalhem, na maioria das vezes, na ausência de mercados eficazes. Isso incentiva um papel dominante para redes de proteção social como os agentes de reestruturação de economia locais em um primeiro momento (IPC-IG, WFP, 2013). A substituição de *commodities* alimentares importadas ou provindas de outras regiões de um país pelas produzidas localmente pode levar a uma reestruturação da oferta e da demanda. Isso acontece pelo impacto positivo em economias locais por meio de multiplicadores de renda e de diminuição em *gaps* e taxas de pobreza.

Tal substituição promove que alimentos de uma economia local estruturada tornem-se uma via atraente. Por meio disso, pode-se lançar um processo de transformação da agricultura, sobretudo a familiar, de forma sustentável (SUMBERG, SABATES-WHEELER, 2011). Esses fatores da melhoria da educação e do crescimento inclusivo podem ser catalisados no Sul Global pelo combate à fome e impulsionados pela cooperação Sul-Sul. Essa suposição liga-se com o mandato do objeto de estudo deste artigo: o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas. Isso porque se argumenta aqui que ele torna possíveis e mais fortes os ODS enquadrados aqui–Erradicação da Fome e Parceiras pelas Metas.

Especificamente, o objetivo das Parcerias, como definido pelas Nações Unidas em 2015, foca-se na cooperação para o desenvolvimento. Conceitualmente, essa ação pode ser entendida como um conjunto diverso de relações, práticas e experiências (LIMA, 2007). Por meio dela, Estados,

organizações internacionais e atores não governamentais articulam-se em um conjunto de normas difundidas bilateralmente ou trilateralmente. Somado a isso, tem-se a avaliação de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias pode tornar-se uma solução desejável às contradições e às desigualdades inerentes às bases econômicas da economia global contemporânea (MILANI, 2008).

Entretanto, sabe-se que não é fácil aplicar experiências nacionais por Estados terceiros pela dificuldade de transposições automatizadas entre ambientes de realidades sociais distintas (FONSECA, 2012). Pois, se os países de menor desenvolvimento fossem capazes de simplesmente emular o conjunto de experiências que outras nações já acumularam, seu próprio grau de desenvolvimento se elevaria de forma rápida (EVANS, 2004). Dessa forma, a efetividade da aplicação das ideias alheias implica em socialização conjunta das experiências para que elas possam ser adaptadas a cada contexto social (FONSECA, 2012). Isso evita que haja mimetismo[1], o que dificulta a capacidade para implementação de políticas sustentáveis (ANDREWS et al., 2016). Assim, não existe pacote fechado ou fórmula pronta a serem aplicados genericamente (MARCONDES, DE BRYUN, 2015).

Nessa perspectiva, para que a cooperação ao desenvolvimento seja eficaz, prioriza-se a construção das capacidades nacionais e a garantia de apropriação da experiência pelos países beneficiários por meio de mudanças via aprendizado (MILANI, 2008). Dessa forma, a transferência de uma experiência de uma política pública no âmbito internacional pode ser tratada como uma variável dependente ou independente. Ou seja, pode-se: i) escolher explicar o processo que o objeto de estudo deste artigo promove, ou ii) usar a transferência para explicar resultados políticos específicos (DOLOWITZ, MARSH, 2000).

Essa dupla opção ocorre quando se tem que um evento cooperativo é capaz de gerar uma proposição de mudança que se reproduz ao longo do tempo. Isso leva à sugestão de que a permanência do novo nível cooperativo, por reforço do evento da mudança para Erradicação da Fome, seja incluída no

[1] Reprodução automática e idêntica de estruturas formais de governança e de mecanismos de políticas públicas encontradas em países desenvolvidos e emergentes, mas com pouca função factual em Estados de menor desenvolvimento relativo (ANDREWS et al., 2016).

objetivo dessa própria cooperação (LEWIN, 1947). Assim, tem-se que a política pública em relação à cooperação para a erradicação da fome possa ser tanto o processo quanto sua causa.

Como exemplo, desde os anos 1990, há um consenso no Brasil de que uma das barreiras ao acesso a alimentos é a falta de renda (IPEA, 2011) e que a alimentação escolar, por sua abrangência e impacto, é a porta de entrada para ações em segurança alimentar (DEVEREUX, 2012; PMA, 2016). Por essa razão, um dos pilares de erradicação da fome no Brasil, dentro da atual estratégia Fome Zero, é o de estabilizar a segurança de renda. Por isso, para determinados fins metodológicos, alguns programas de desenvolvimento social podem ter efeitos pontuais de transferência de renda, como o Programa de Aquisição de Alimentos–PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE (MDS, 2005; SUMBERG, SABATES-WHEELER, 2011).

Enquanto isso, na África Ocidental constata-se que, para além da falta de renda, um elemento adicional à insegurança alimentar é a própria capacidade de produção e disponibilização de alimentos. Com isso, a demanda africana exige uma estratégia de segurança alimentar específica, envolvendo proteção social e desenvolvimento social intersetorial e interministerial e não apenas uma transferência de práticas em forma de pacotes fechados (DEVEREUX, 2012).

Para isso, percebe-se no Brasil um *link* profícuo entre proteção social e desenvolvimento pelas políticas integradas de segurança alimentar e inclusão econômica. Soma-se a isso a busca brasileira por maior ativismo global e vê-se, desde 2003, com o governo Lula (VAZ, INOUE, 2012), maior inserção do país na África (CERVO, 2008; SARAIVA, 2012) catalisada pela promoção das Nações Unidas da cooperação Sul-Sul.

Ademais, a posição semiperiférica do Brasil no sistema mundial incrementa acentuadamente a capacidade de Brasília de dialogar com a realidade de países de mais baixa emergência. Isso é devido à existência concomitante e legitimadora do diálogo de: i) conhecimento e vivência em próprio território brasileiro de conjunturas e estruturas de baixo desenvolvimento da periferia sistêmica; com ii) da detenção de ferramentas incrementadas de cooperação (WALLERSTEIN, 1996) e desenho de redes de proteção social

próprias de economias mais desenvolvidas e capazes de serem compartilhadas (CIRILO, NOGUEIRA, SOARES, 2016).

Complementarmente, é importante destacar que o sistema Nações Unidas, a partir da experiência brasileira, também incluiu a adoção dessa perspectiva de "fome zero" para uma escala global. Assim, hoje, esse termo não é exclusivo ao Brasil. A expressão "fome zero" onusiana tem seu primeiro esboço na Conferência do Milênio de 2000, a qual instituiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio–ODM. Em 2000 a primeira meta dos ODM era a de reduzir a fome e a pobreza extrema até 2015 à metade.

Contudo, alguns países, como o Brasil, avançaram na luta contra a fome global para além dessa redução à metade. Dado isso, em 2012, a ONU começa a aprofundar a meta do de 2000 ao promover o "Desafio Fome Zero". Isso ocorre por influência do Brasil no PMA e na FAO (FAO, 2014). Assim, da diminuição da fome pela metade, a meta começa a avançar para erradicação de toda a fome. Consecutivamente, isso se transforma, em 2015, no segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Salienta-se que esse movimento internacional é relevante para a análise da consonância dos desenvolvimentos brasileiros com os globais.

É nesse cenário em que se soma o objeto de estudo deste artigo: o Centro de Excelência contra a Fome do PMA. Esse centro foi promovido pelo governo brasileiro e pelas Nações Unidas em 2011 para concentrar, institucionalizar e reproduzir ações cooperativas de componentes do Fome Zero brasileiro que ocorriam entre a Agência Brasileira de Cooperação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Programa Mundial de Alimentos. A promoção da cooperação brasileira por meio do Centro não substitui as ações de nenhum dos órgãos brasileiros. Ao contrário, o Centro busca complementá-las. Isso porque ele pode potencializá-las por ser um ente de mandato global e especializado no processo cooperativo Sul-Sul específico de promoção da segurança alimentar e nutricional (FRAUNDORFER, 2013). Isso se dá por meio de seminários internacionais; comunidades de práticas; *networking* entre *policymakers* brasileiros e estrangeiros; treinamentos e visitas de campo no Brasil e em outros países; e criação de plataformas de conhecimento (CIRILO, NOGUEIRA, SOARES, 2016).

Desenhados o tema e o objeto, apresenta-se a hipótese de que o Centro de Excelência contra a Fome tem um impacto positivo na socialização do combate à fome na África Ocidental e aumenta a aproximação entre Brasil e aquela região africana por meio da complementação da cooperação Sul-Sul brasileira. Buscou-se a comprovação disso ao estimar-se o protagonismo do Centro no combate à fome no oeste africano pela influência em programas focados em alimentação escolar.

Antes de marcar os objetivos específicos, é importante salientar que o roteiro de pesquisa utilizado foi uma combinação de avaliação de impacto e de extração de conhecimento das ações do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, de 2012 a 2015, em conjunção com a política exterior do Brasil para a África no geral, de 2003 a 2015. A combinação de avalição com extração mostrou-se interessante à estimativa atingida. Para tal, seguiu-se os pressupostos de manuais metodológicos de avaliação de projetos internacionais (ACF, 2010; 2011).

Segundo esses manuais, se um sistema de avaliação de impactos é orientado para a aprendizagem, tende-se a ver um maior foco em dados qualitativos. Com isso, documenta-se a aprendizagem e avalia-se a forma como ela tem sido aplicada ao trabalho atual e como ela pode ser aplicada no futuro. Já a extração do conhecimento é projetada para garantir que a experiência não se limite à organização, mas sirva à comunidade. Isso incentiva um movimento de partilha de conhecimentos, o que confere um aspecto participativo à sua conduta.

O desenvolvimento de novos projetos ou as condutas de novas ações são facilitadas pela preservação e transmissão da experiência adquirida. Essa é a justificativa desta pesquisa em si e uma das razões pelas quais, além dos planos de ação, tem-se um *survey* respondido pelos agentes executores/promotores da alimentação escolar nos governos nacionais de dois[2] dos três estudos de caso, atrelando-se à busca de evidências específicas.

[2] Este artigo faz parte de uma investigação mais ampla sobre as influências da CSS brasileira por meio do Centro de Excelência para diversas regiões da África. Por razões alheias ao controle dos pesquisadores, os interlocutores do Gâmbia não responderam em tempo hábil para confecção e revisão deste estudo na data de submissão (ago. 2016).

Assim, fecha-se a introdução, com a explicitação de que o trabalho teve como objetivos específicos: i) a descrição das teorias sociais, de cooperação e de mudança e das ferramentas a serem aplicadas; ii) um sequenciamento avaliativo histórico *path-dependent* a partir de um *desk research* das políticas públicas do Brasil e do Centro de Excelência; iii) finalmente, a respectiva estimativa da impactos no combate à fome na África e na política exterior do Brasil com essa região por meio de três estudos de caso na África Ocidental: Gâmbia, Senegal e Togo; complementados com ferramentas quantitativas na forma de questionários sobre a percepção dos impactos a representantes africanos desses três países.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

Em paralelo com abordagens construtivistas e sociais das Relações Internacionais, enquadra-se teoricamente as instituições na reprodução das Parcerias pelas Metas e a continuação do aprendizado da qual depende da integração social entre Brasil e África a partir do combate à fome. Por integração, salienta-se que se pode entendê-la como uma interação comunicativa (DEUTSCH, 1974). Isso é pautado na construção de confiança mútua (WARWICK, 1973), o que é importante aos relacionamentos com a África devido aos resquícios do colonialismo (SARAIVA, 2012). Ao adotar-se que aprendizado não é só transferência de conhecimento, demanda-se, teoricamente, sua sustentabilidade por estruturas reprodutivas (WARWICK, 1973), ou também trabalhadas como autorreforço (DEUTSCH, 1974).

As instituições internacionais entram hipoteticamente no processo nesse ponto, por reforçar o mandato do Centro de Excelência como instrumento de promoção de conhecimentos mútuos. A abordagem construtivista é válida aqui por comensurar diversas visões complementares de teorias sociais. Isso porque, pode-se tomar que o princípio ordenador das relações internacionais[3] depende das percepções que os atores detêm uns dos outros ou das ideias

[3] Princípio aqui entendido por distribuição de poder e interesses entre os Estados.

compartilhadas que constituem suas identidades e interesses aos olhos uns dos outros.

Nesse sentido, uma das teses centrais que Alexander Wendt (2005) traz é a de que o significado dessa distribuição de poder e interesses no nível sistêmico internacional é constituído por "ideias compartilhadas", derivadas de aprendizado coletivo, as quais compõem normas e instituições, como o Centro de Excelência. A centralidade do conhecimento compartilhado entre os Estados no construtivismo surge de duas suposições fundamentais para o teórico: i) que as estruturas de associação humana são determinadas principalmente por ideias compartilhadas e não por forças materiais; e ii) que as identidades e os interesses dos atores intencionais são construídos por essas ideias compartilhadas ao invés de causas naturais.

Por isso, pode-se tomar que instituições são capazes de reproduzir e reforçar a integração por meio da cooperação de aprendizado e conhecimento (WARWICK, 1973; DEUTSCH, 1974). Teoricamente, isso pode avançar ao ponto de modificar os comportamentos dos atores envolvidos em um determinado enquadramento histórico-processual (KOWERT, LEGRO, 1996), aproximando-os. Como é o caso da hipótese aqui posta a teste.

Quando se toma que muitos participantes de interações em instituições internacionais são *policymakers*, os impactos dessa socialização atingem as políticas externas e domésticas dos Estados originários desses indivíduos (WARWICK, 1973; DEUTSCH, 1974). Por isso, tomou-se o Centro de Excelência como uma variável interveniente na relação que parte das políticas sociais e dos órgãos governamentais brasileiros.

SEQUÊNCIAS AVALIATIVAS DA COOPERAÇÃO PARA O COMBATE À FOME

Esta seção ilustra o roteiro da pesquisa, coordenando-se uma teoria da mudança com o ferramental *path-dependent* da Ciência Política. Por esse método, explica James Mahoney (2001), implica-se que: i) certas "condições antecedentes" engatilham ii) uma inflexão, ou uma "conjuntura crítica". Consecutivamente, iii) essa inflexão impulsiona um "legado da mudança". Tal

legado pode levar a dois momentos possivelmente complementares: a) a uma "sequência de autorreforço" de retornos positivos que se institucionaliza pela "persistência estrutural" de uma resposta particular selecionada pelos *policymakers* no evento da mudança, gerando um produto e um resultado específicos. E/ou pode levar b) a uma "sequência reprodutiva" do evento da mudança. Essa reprodução sustenta o processo da inflexão em si, gerando uma série de outras mudanças, produtos e resultados ao longo do tempo. Entende-se que a lógica de uma teoria da mudança segue esse nexo da "sequência reprodutiva".

Assim, em complementação ao *path-dependence*, tem-se a sugestão de uma teoria da mudança para esta análise. Essa pode ser estruturada para apoiar uma determinada intervenção de um legado gerado por um antecedente à inflexão crítica (VOGEL, 2012). Nesse enquadramento, buscou-se localizar os objetivos e as atividades que podem ser identificados e planejados em detalhes e com antecedência ou que evoluem e adaptam-se às questões e ás decisões tomadas pelos parceiros e outras partes interessadas em um determinado processo.

Algumas vezes o termo teoria da mudança é utilizado no sentido genérico para referir-se a qualquer versão presente de um processo que se estende ao longo de um hiato temporal, incluindo uma série de resultados que se sequenciam não linearmente em função de uma série de caixas de insumos, atividades, produtos, resultados e objetivos. Esses geram os impactos concomitantes ao legado da conjuntura crítica.

Finalmente, ao buscar-se complementar os dois enquadramentos, quis-se evidenciar metodologicamente que há mudanças nas relações políticas internacionais. Sendo elas, então, dinâmicas e complexas (ADLER, 2005) e não deterministas e behavioristas (WALTZ, 2001). Relembrando a tese social de Wendt (2005), isso reforça a concepção construtivista das Relações Internacionais de que as relações sociais, por armarem-se como sistemas complexos e sistemas dinâmicos, compõem um conjunto de partes conectadas por alguma forma de inter-relação entre elas (WENDT, 2005: ADLER, 2005).

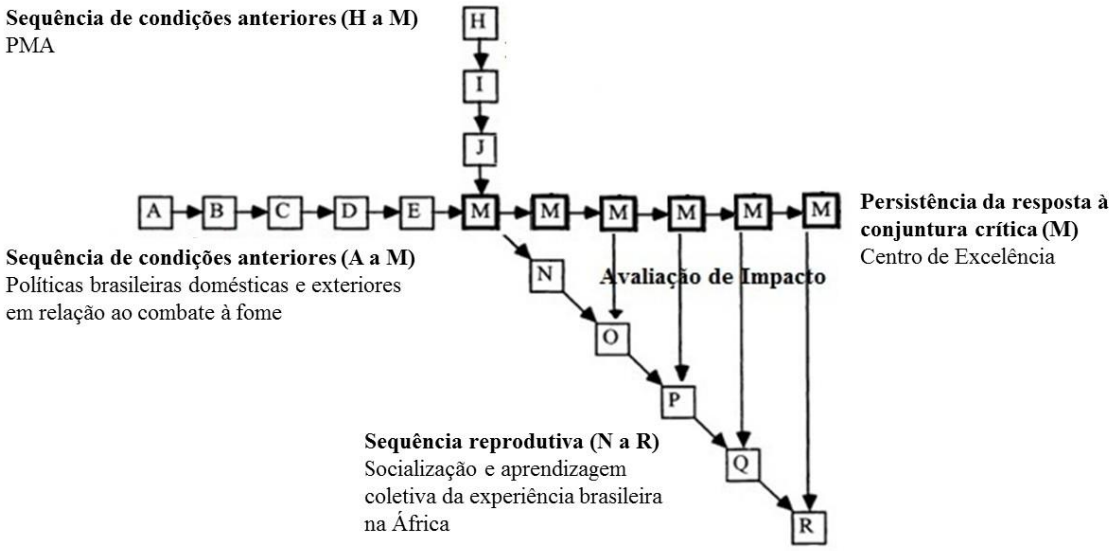
Para caracterizar um sistema que é complexo, faz-se necessário não somente conhecer as partes, mas também os modos de relação, correlação e

impacto entre elas. Essas frações, conectadas por uma rede de relações, geram, em conjunto, uma unidade coletiva de análise (CUDWORTH, HOBDEN, 2010). Dessa forma, quando uma ou mais variáveis dependentes necessitam seguir certa referência ao longo do tempo, um controlador pode manipular as entradas das variáveis independentes do sistema dinâmico para obter uma cadeia isolada desejada nas saídas deste sistema, partindo da lógica teoria da mudança. Fundamenta-se, assim, a dualidade "reativa/reprodutiva" apresentada há pouco e justifica-se como se coordenou, neste estudo, apenas as variáveis independentes da política doméstica e exterior brasileiras e das ações do PMA; posteriormente intermediadas pelo Centro de Excelência e a variável dependente referente à avaliação do combate à fome.

Isso evita a seleção na dependente e de seus casos de caso, o que poderia enviesar o trabalho (COLLIER, COLLIER, 2002). Dessa forma, na tentativa de ligar uma construção linear com uma não linear, foi preciso aplicar o controle dos *inputs* da teoria da mudança. Isso permitiu a covariação de uma das variáveis mensuráveis em uma escala contínua. Para tal, escolheu-se aqui as instituições internacionais, por serem a referência principal deste artigo e terem suas ações estruturais persistentes em uma reta real de um legado reativo *path-dependent*. Especificamente, o Centro de Excelência.

Assim, controlou-se para cima o grau de exponencialidade do efeito catalisador das instituições internacionais, aproximando-se parte da teoria da mudança a uma expressão linear. Isso possibilitou que se covariasse e integrasse graficamente as duas funções teóricas, como proposto quando se cita a integração social Brasil-África. Isso também permitiu que se estimasse qualitativamente as relações Brasil-África em matéria de impactos de políticas de combate à fome a partir da área do triângulo de impacto abaixo do gráfico da combinação das sequências de condições antecedentes (a linha da conjuntura crítica–M) em relação à sequência reprodutiva, sem causar estiramentos conceituais (ACF, 2011). Assim, foi proposto um modelo como proposto na Figura 1.

Figura 1. Diagrama da teoria da mudança em *path-dependence*



Fonte: Elaborada pelos próprios autores

O diagrama foi desenvolvido a partir das concepções de Ruth e David Collier (2002) e dele explica-se o significado das letras maiúsculas como as variáveis e seus respectivos indicadores. Cabe salientar que cada sequência descrita abaixo fez parte do *desk research* e dos estudos de caso e a conclusão final deste trabalho é a avaliação de impacto da integral da sequência de persistência estrutural em relação à sequência reprodutiva.

Lista 1. Variáveis e indicadores das sequências da Figura 1 examinados

Sequência de Condições Anteriores 1. Políticas doméstica e exterior brasileiras – A a M

A. Criação de novas políticas de combate à fome e de segurança alimentar no Brasil;
B. Institucionalização da cooperação Sul-Sul em agências do governo brasileiro;
C. Promoção e disseminação de mensagens políticas em suporte a políticas de alimentação escolar e de segurança alimentar como parte da política exterior e em instituições internacionais;
D. Compartilhamento da experiência brasileira por meio de parcerias e ações de Cooperação Sul-Sul no Sistema ONU
E. Produtos:
    i. Reconhecimento por parte do PMA do trabalho do Brasil no combate à fome

ii. Brasil se transforma em importante *stakeholder* do PMA
iii. Criação e ações do Centro de Excelência contra a Fome

M. Resultado: compor insumos do Centro de Excelência no combate à fome na África: Centro de Excelência.

Sequência de Condições Anteriores 2. PMA - H a M

H. Insumos do PMA e inflexão no combate à fome e de segurança alimentar: de assistencialismo à estruturação;
I. Insumos de cooperação Sul-Sul trilateral e incentivo à aproximação com *stakeholders* e atores demandantes do sul global;
J. Atividades e parcerias para desenvolvimento de alimentação escolar e de segurança alimentar do Brasil;
M. Resultado: criação do Centro de Excelência.

Persistência da resposta à conjuntura crítica – Centro de Excelência e suas ações de multiplicação da experiência brasileira – opção selecionada M

Teoria da Mudança na Sequência Reprodutiva. Socialização e aprendizagem coletiva da experiência brasileira na África – N a R

M. Insumos brasileiros do Centro de Excelência para a África para os casos do Gâmbia, Senegal e Togo;
N. Atividades:
  i. Promoção, aconselhamento político, treinamento e acompanhamento em suporte às políticas de alimentação escolar e segurança alimentar;
  ii. Disseminação de mensagens políticas de alto nível;
  iii. Organização e facilitação de aprendizado sobre soluções de alimentação escolar;
O. Produtos:
  i. Parcerias desenvolvidas para Alimentação Escolar e segurança alimentar envolvendo o Brasil em âmbito de cooperação Sul-Sul trilateral ;
  ii. Desenvolvimento de planos de ação nacionais para suporte de desenvolvimentos de programas de alimentação escolar e de segurança alimentar;
P. Resultados:
  i. Desenvolvimento de partilha de estruturas conhecimento por meio de transações e aprendizado social institucionalizado que persiste no tempo;
  ii. Adensamento das relações e novas interpretações entre Brasil e África;
Q. Objetivos específicos em direção à transição para implementação de programas nacionais de alimentação escolar e de segurança alimentar;
R. Objetivos de desenvolvimento:
  i. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: Fome Zero (considerado um tipo ideal, não está sob análise).

Fonte: Elaborada pelos autores

Esclarece-se que essas variáveis foram desenvolvidas a partir do *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul* da Agência Brasileira de Cooperação (2013) e que seu um ferramental de *lgoframe* e matriz foram derivados do *Food security and livelihoods monitoring and evaluation guidelines*, da ONG Action contre la faim–ACF (2010; 2011). Essa combinação pautou a forma com que os indicadores seriam verificados neste estudo, sendo apenas adaptados ao intercâmbio brasileiro-africano a partir dos critérios da *Análise dos indicadores*

de Segurança Alimentar e Nutricional do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2014). Salienta-se que aqui se buscou apenas encontrá-las, e não as medir, nos estudos de caso propostos como meio de validação empírica da hipótese testada.

O COMBATE À FOME NO BRASIL E A CRIAÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA

Para avaliar as ações do Centro de Excelência na multiplicação da experiência brasileira em segurança alimentar por meio da alimentação escolar na região ocidental da África, esta seção apresenta a revisão de literatura sobre a construção e as características mais recentes da expertise do Brasil na temática. Avaliou-se isso em se aplicando o modelo teórico, há pouco apresentado, a uma revisão de literatura temática e a relatórios e balanços públicos do PMA, do Centro de Excelência e do Itamaraty, citados o longo do texto.

Nessa seara, localizou-se que um movimento que marca o começo de uma inflexão crítica e de institucionalização do combate à fome no Brasil aconteceu ainda durante as perturbações econômicas dos anos 1990 com a Companhia Nacional de Abastecimento–CONAB. O foco dessa companhia é o de coordenar as diversas instituições e estruturas públicas relacionadas ao estoque e ao abastecimento alimentar. Outra ação de institucionalização foi, em 1993, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional–CONSEA.

O Conselho é um órgão misto de governo e sociedade civil criado em simultâneo com o lançamento de uma Política de Segurança Alimentar e um Plano Nacional de combate à Fome e à Miséria, supondo novas abordagens para o desafio multidimensional da luta contra a fome (BURLANDY, 2003; VASCONCELOS, 2005). A partir deles, comitês locais foram constituídos por membros da comunidade, sendo as principais conquistas disso a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional–FBSAN, em 1998 (VASCONCELOS, 2005).

A estratégia Fome Zero, nessa seara, pode ser teorizada, então, como resposta positiva e parte do legado daquele movimento de inflexão dos anos 1990. Com a posse do presidente Lula, em 2003, a estratégia foi lançada nacionalmente, sendo a ponta de lança daquele mandato presidencial. Seu objetivo é o de fazer cumprir o direito humano à alimentação adequada, consolidando a reivindicação da sociedade civil para uma abordagem baseada em direitos e criação de estruturas para além do assistencialismo. Esses pontos verificam avanços no começo da sequência de condições anteriores–criação de novas políticas de combate à fome e de segurança alimentar no Brasil; conformando-se como início dos insumos da política doméstica brasileira de desenvolvimento da erradicação da fome.

Nessa construção, o Brasil institucionalizou, em 2006, essas prioridades na forma da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional–LOSAN, a qual embasa o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional–SISAN. O Sistema possui o objetivo de assegurar de forma sustentável o direito humano à alimentação adequada à população brasileira, unindo sob sua cobertura, o CONSEA, a Política e o Plano nacionais de segurança alimentar e combate à fome, uma Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional–CAISAN, além da participação de diversos *stakeholders* do setor privado.

Posteriormente, em 2009, o PNAE tem sua lei aprovada como persistência dessa estruturação. Importante relembrar que a alimentação escolar no Brasil tem sua origem na década de 1940. Entretanto, à época, não foi possível concretizá-la como programa universal por indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado *Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*. É nele que, pela primeira vez, estrutura-se um programa de alimentação escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Avanços ocorreram entre os anos 1960 e 1990. Contudo, é só em 2009 que houve a extensão universal do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive à alfabetização de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Programa sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Assim, reconhecendo a alimentação como direito fundamental e universal, o Estado brasileiro tem promovido de forma sistemática o reforço de seu compromisso com as atividades que têm como fim a garantia da segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da população. Esse esforço é ferramenta importante à institucionalização estruturante da assistência humanitária internacional brasileira. Isso é referente aos pontos da Lista 1 que vão da institucionalização da cooperação Sul-Sul em agências do governo brasileiro; passando por sua promoção e disseminação; seu compartilhamento; e chegando ao reconhecimento por parte do PMA do trabalho do Brasil, resultando em composição de insumos ao Centro de Excelência no combate à fome na África.

Demonstrada a construção institucionalizada do combate à fome no Brasil ao longo do tempo, foca-se agora na avaliação de que essa construção jurídico-política garante a constituição das ações brasileiras dentro de uma visão de desenvolvimento socioeconômico durável. Por exemplo, o PNAE, como um dos componentes do Fome Zero, ao fazer uso obrigatório da lógica do PAA para cumprir seus objetivos, incentiva toda uma cadeia produtiva sustentável ao promover assistência técnica e social à agricultura familiar para que este setor aprenda gradualmente a produzir para o mercado privado (FRAUNDORFER, 2013).

A conjunção dessas políticas e estratégias sustentáveis e ligadas de forma interministerial e conectadas em seus objetivos e ações ao longo do tempo, demonstra que o combate à fome de forma sustentável pode ser estimado como política de Estado brasileira, não apenas de um governo específico. Isso é importante nas sequências propostas, porque essa perspectiva brasileira é convergente a do PMA, que adota desde 2009 uma mudança de seu próprio paradigma. O PMA coloca, então, como objetivo de desenvolvimento, a estruturação dos países atendidos para atingir a fome zero, desestimulando ações apenas no campo do auxílio emergencial (WFP, 2016). Referindo-se, assim, aos momentos da Lista 1 de emparelhamento aos insumos do PMA e inflexão no combate à fome e de segurança alimentar; insumos de cooperação Sul-Sul trilateral e incentivo à aproximação com *stakeholders* e

atores demandantes do sul global; e parcerias para desenvolvimento de alimentação escolar e de segurança alimentar do Brasil.

Retomando as escolhas brasileiras, importante que se saliente que elas foram relacionadas às premissas internacionais do direito humano à alimentação adequada. Ao embasarem-se as políticas do Estado brasileiro no panorama dos direitos humanos, as políticas públicas transmutam-se, gradualmente, de programas de governo e passam a ser políticas e estratégias permanente do Estado também a partir de uma visão internacional (FRAUNDORFER, 2013).

Nesse contexto, se o direito à alimentação conforma-se em um dever do Estado e em um direito dos indivíduos e das populações, a política exterior é induzida no processo, por ser também uma política pública (MILANI, PINHEIRO, 2013). Tal conexão com a arena internacional política dá-se porque esse direito é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Complementarmente, é estabelecido no Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, de 1992, o direito de toda pessoa a um nível adequado de alimentação e de estar protegida contra a fome. Finalmente, vê-se, em 2004, a importante contribuição do Brasil no tema quando aprovadas as Diretrizes Voluntárias em Apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional no conselho da FAO (MRE, 2010).

Verifica-se também o paralelo positivo das da institucionalização da cooperação Sul-Sul em agências do governo brasileiro e a promoção e disseminação de mensagens políticas em suporte a políticas de alimentação escolar e de segurança alimentar como parte da política exterior e em instituições internacionais. Assim, o exitoso desenvolvimento do PNAE no contexto nacional do Fome Zero contribuiu para que a experiência brasileira começasse a chamar a atenção no cenário internacional, o que propiciou a procura crescente de projetos de cooperação na área de alimentação escolar. De acordo com balanços do Itamaraty (2010), a cooperação técnica na área de alimentação escolar, com o apoio do PMA, da FAO e da Agência Brasileira de Cooperação– ABC incrementou-se e viu-se ampliada na América Latina, África Ocidental e lusófona e no Oriente Médio.

Os incentivos dessas políticas coordenadas trilateralmente na forma de cooperação Sul-Sul, sobretudo com o PMA, derivam, então, dos resultados medidos pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2007. A experiência brasileira comprovou a redução de 82% do número de domicílios em situação de insegurança alimentar entre 2002 e 2013 (FAO, 2014) Assume-se que esses avanços relevantes contribuíram para que o Brasil houvesse atingido, antes da data limite estipulada pelas Nações Unidas, as metas fixadas nos Objetivos do Milênio e fosse retirado do mapa da fome da FAO em 2014.

Quais são, contudo, os *drivers* do Brasil para estabelecer uma cooperação Sul-Sul, acrescida do caráter trilateral e do componente em segurança alimentar com a África? Para responder a isso, deve-se ter em mente que um dos conceitos para cooperação trilateral[4] é a relação em que dois países ou um país e uma instituição internacional formam uma parceria para prestar assistência técnica a um país terceiro. Isso é um modelo crescente de cooperação técnica no mundo em desenvolvimento (ABDENUR, 2007).

Ademais, é relevante ter em consideração que a cooperação trilateral pode representar uma dimensão de uma rearticulação do poder como refletindo e produzindo uma geografia complexa de atores por meio do desenvolvimento e relações de poder. Isso, então, vai além dos dois eixos de desenvolvimento tradicionais Norte-Sul e Sul-Sul (McEWAN, MAWDSLEY, 2012). Assim, ultrapassando apenas capacidades materiais e adentrando novas construções sociais de poder e interesse. Novamente, isso retoma o sentido de Wendt (2005) para a distribuição de poder e interesses como constituída por "ideias compartilhadas", derivadas da cooperação de aprendizado e conhecimento (WARWICK, 1973; DEUTSCH, 1974), as quais compõem normas e instituições, como o Centro de Excelência.

[4] Cooperação "triangular" e "trilateral" são frequentemente utilizadas como sinônimos. Contudo, há autores que defendam que haja uma distinção importante entre elas. Cooperação triangular poderia se referir ao apoio vindo do Norte à cooperação multilateral Sul-Sul de longa data e contínua por parceiros "tradicionais", muitas vezes sob os auspícios da ONU. Já o governo brasileiro entende que "trilateral" implica em uma CSS em que o Brasil participe ativamente na coordenação política com a organização parceira por meio da ABC; por isso, escolhe-se esse termo neste artigo. Ver mais em: RHEE, H. (2011) *Promoting South–South Cooperation through Knowledge Exchange*, in KHARAS, H., MAKINO, K., JUNG, M. (eds) *Catalysing Development: A New Vision for Aid*, pp. 260–80. Washington, DC: Brookings Institute, 2011. MILANI, Carlos. *30 anos da Agência Brasileira de Cooperação*. Brasília: FUNAG, 2017.

Importante para os países emergentes, a cooperação trilateral é uma forma de multiplicar a cooperação Sul-Sul, com o apoio financeiro e técnico dos países doadores e de organismos internacionais. Isso acresce o volume de recursos e a escala geográfica, de atuação e dos campos temáticos dos projetos cooperativos (AYLLÓN, 2013). Dessa forma, analistas avaliam que a cooperação Sul-Sul trilateral favorece a disseminação de experiências nacionais, de políticas públicas exitosas e de práticas pragmáticas de desenvolvimento que são compartilhadas com países de menor desenvolvimento relativo (ABDENUR, 2007) como forma de promover a construção social de poder e interesse acima. Uma vez que a cooperação não é só um mecanismo ideal de solidariedade, por envolver custos ao prestador. A escolha do Brasil por segurança alimentar, como trazido, dá-se por seu respeitado sucesso como um conjunto de políticas públicas, e a aproximação com a África, pela demanda que seus Estados trouxeram ao Brasil por esse compartilhamento.

A literatura analisa que os acordos de cooperação trilateral brasileiros buscam oferecer soluções pragmáticas, sendo a cooperação trilateral uma tática para a promoção do Brasil dentro de uma estratégia mais ampla de relações exteriores (AYLLÓN, 2013) e do cumprimento de metas de desenvolvimento internacional (CERVO, 2008). A expansão da cooperação trilateral no âmbito Sul-Sul marca uma mudança tanto na configuração como na política das redes de cooperação internacional. Contudo, ela mantém-se atenta a algumas práticas tradicionais da política exterior brasileira (CERVO, BUENO, 2015), como o pragmatismo, solidarismo, busca por estreitamento cultural com países do Sul, liderança regional e *networking* global (ABDENUR, 2007).

Nessa esteira, o Brasil, ao receber atenção pela relevância de seus avanços, fortificou a ABC para receber propostas e liderar negociações de instrumentos, considerando as características da cooperação parceira, possibilitando a execução de atividades conjuntas baseadas nos princípios da cooperação Sul-Sul e identificando das expertises brasileiras que pudessem ser adaptadas e compartilhadas. Atendendo os elementos da Figura 1 referentes à sequência do compartilhamento da experiência brasileira por meio de parcerias e ações de cooperação Sul-Sul no Sistema ONU e seus produtos e atividades.

Aqui, foram encontradas evidências de que o Brasil procurava disseminar suas mensagens políticas em suporte às políticas de direito à alimentação por meio de instituições internacionais como mecanismos heurísticos. Nesse contexto, o próprio Itamaraty (2010) assevera que a cooperação trilateral empreendida a partir da experiência brasileira apresenta-se como compartilhamento de recursos técnicos, humanos e financeiros de forma complementar entre os parceiros, para a realização de projetos com maior efeito positivo e sustentabilidade nos países beneficiários. Ou seja, uma variável interveniente na cadeia causal cuja dependente é, idealmente, a fome zero.

É nesse ponto em que entra o Programa Mundial de Alimentos. Presente em 73 países, ele auxilia e presta assistência e ajuda emergencial, por ano, a aproximadamente de 90 milhões de pessoas. O PMA viabiliza seus projetos humanitários e de desenvolvimento inteiramente por meio de contribuições voluntárias. Esses donativos vêm, normalmente, de três diferentes formas: em dinheiro, alimentos ou em forma de itens necessários para o cultivo, o preparo ou armazenamento de alimentos (MRE, 2010).

O principal objetivo do PMA hoje vai além do auxílio emergencial e está em consonância com a estratégia brasileira de combate à insegurança alimentar promovida pela estratégia Fome Zero. O PMA busca o fortalecimento das capacidades nacionais dos próprios países em situação de insegurança alimentar a reduzir a fome em seus territórios (WFP, 2013). Isso ocorre em parte, desde 2009, por meio do compartilhamento, adaptação e implementação de experiências bem sucedidas de seus Estados-membros, como Brasil e seu PNAE e PAA (WFP, 2013). Verifica-se, assim, a convergência do Brasil aos insumos do PMA e sua inflexão no combate à fome e de segurança alimentar: do assistencialismo à estruturação da Figura 1.

Esse paradigma de desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo reproduzem-se institucionalmente tanto no Brasil, por meio de seus programas sociais, quanto na ONU, por meio de suas agências. Isso se reflete, nos anos de 2006 a 2009, nos esforços em torno da substancial institucionalização da assistência humanitária brasileira, espelhando-se nos elementos da Lista 1 sobre compartilhamento da experiência brasileira por meio de parcerias e ações de cooperação Sul-Sul no Sistema ONU; sobre os insumos do PMA e inflexão

no combate à fome e de segurança alimentar: de assistencialismo à estruturação; e sobre os Insumos de cooperação Sul-Sul trilateral e incentivo à aproximação com *stakeholders* e atores demandantes do sul global; e, finalmente, as atividades e parcerias para desenvolvimento de alimentação escolar e de segurança alimentar do Brasil.

De qualquer maneira, por ser um paradigma em transição, a assistência humanitária ainda é um fator importante da cooperação internacional tanto do Brasil quanto do PMA. Isso reforça, pois, o marco teórico das sequências de reprodução e da teoria da mudança. Assumiu-se, pela observação empírica, que os incrementos da coordenação desses esforços institucionais de apoio ao combate à fome, por meio de assistência humanitária orientada pela demanda, atingem importantes proporções e convergem ainda mais o governo brasileiro e o PMA.

Exemplo disso, no contexto do aumento global dos preços médios dos alimentos básicos de 2008, a colaboração brasileira com o PMA incrementa-se com o auxílio do Brasil às ações da agência humanitária em sua nova lógica de construção de capacidades. Verificando-se a veracidade das suposições das variáveis sobre os produtos: reconhecimento por parte do PMA do trabalho do Brasil no combate à fome; Brasil como *stakeholder* do PMA; e criação do Centro de Excelência. Isso permite ao Brasil canalizar recursos humanitários em iniciativas como a de compras locais de alimentos, construção de redes de proteção social em países afetados por crises de insegurança alimentar, buscando com isso não só a erradicação da fome, mas também o desenvolvimento sustentável e inclusivo (CIRILO, NOGUEIRA, SOARES, 2016).

Por exemplo, um a iniciativa do PAA do Brasil consoa com uma do PMA é o *Purchase for Progress*–P4P, cujo foco é comprar-se diretamente de pequenos agricultores para os programas de alimentação. Isso reforça parcerias com o Programa Mundial de Alimentos em diversas ocasiões com a lógica brasileira. Ao longo do período de 2003 a 2010, as parcerias entre Brasília e o PMA permitiram a concretização de ações emergenciais de caráter humanitário em países como, Burkina Faso, Burundi, Quênia e Zâmbia.

Essas convergências levaram a uma ação conjunta do PMA e do governo brasileiro: a criação de um fundo fiduciário para financiamento de ações dentro

do que hoje são os ODS 2 e 17–Erradicação da fome e Parcerias pelas metas. Essa é uma nova experiência entre o PMA e o Brasil. Tal parceira permite que o auxílio financeiro brasileiro e sua respectiva transferência de conhecimento no processo de implementação de ações Sul-Sul, como o P4P do PMA, sejam geridas pela expertise de uma instituição internacional especializada em se mantendo a conexão com a experiência brasileira e o seu desenvolvimento de cooperação internacional para o desenvolvimento (FRAUNDORFER, 2013).

Na primeira fase do fundo, implementada entre 2008 e 2010, o Brasil recebeu visitas de alto nível do PMA e ressaltaram-se diversos resultados positivos da estratégia brasileira de combate à fome. Isso mostra como o Brasil tornava-se um importante *stakeholder* da agência assim como um relevante insumo para que fossem alcançados os produtos conjuntos no âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral (FRAUNDORFER, 2013). Empiricamente, aqui, chega-se ao ponto de convergência das duas sequências anteriores e finalizando parte importante da conjuntura crítica que levaria à consolidação da escolha política do Centro de Excelência como resposta mais persistente e estruturalista.

Um dos pontos destacados relacionava-se aos produtos da sequência anterior do Brasil, como já indicando direção às bases do Centro de Excelência, e era referente à capacidade da estratégia Fome Zero brasileira em prover alimentação de maneira mais célere se comparado com programas de outros governos. Nesse sentido, o PMA concederia ao governo do Brasil o título de "Campeão Mundial na Luta Contra a Fome" (WFP, 2010). O prêmio destaca a importância da parceria com o Brasil em momentos como o terremoto no Haiti e o reconhecimento dos esforços de Brasília na inserção do tema na agenda internacional.

Nesse sentido, os esforços já existentes entre o governo brasileiro, sobretudo por meio das experiências do PNAE e do PAA junto ao PMA levaram o Programa a ressaltar o fato de que a construção conjunta das experiências do Brasil e do Programa Mundial de Alimentos na luta contra a fome e auxílio e assistência aos países na África, Ásia e América Latina para desenvolver políticas e programas na área da alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional poderiam ser ainda mais aprofundadas (WFP, 2010). Nessa seara, o

processo de acordos de cooperação entre o órgão executor do PNAE, a ABC e o PMA tiveram, em 2011, como resultado para coordenar a troca de conhecimentos do Brasil, como um *knowledge hub*: o Centro de Excelência contra a Fome.

O Centro foi criado em Brasília para que as parcerias pelo desenvolvimento para a erradicação da fome beneficiassem-se da experiência de sucesso do Brasil na luta contra a fome e a pobreza (PMA, 2012). Com isso, desde a criação do Centro, no final de 2011, o foco tem sido sobre as atividades de partilha de conhecimentos sobre alimentação escolar, um carro-chefe do combate da estratégia Fome Zero, e porta de entrada política ao combate à fome nos países em desenvolvimento (PMA, 2016).

A partir da requisição dos países interessados, enviadas pelos escritórios nacionais ou regionais do PMA ou pela ABC, o Centro provê assistência técnica contínua para o desenvolvimento de programas de proteção social, segurança alimentar e nutricional e de alimentação escolar vinculados à compra local de alimentos. Com isso, nos primeiros anos de atuação do Centro, o foco estava em mostrar aos governos de países em desenvolvimento que seria possível encontrar soluções inovadoras e sustentáveis para a fome e a pobreza. Posteriormente, o trabalho foi centrando-se na assistência técnica direta para a adaptação e multiplicação da experiência brasileira. Agora, caminha para novas fases de escalonamento e implementação de programas, para o compartilhamento de conhecimento entre os países beneficiários e para a geração de conhecimento sobre novas experiências do Sul Global.

De modo geral, essa assistência acontece na forma de missões técnicas, consultoria de especialistas e realização e participação em eventos, seja em Brasília ou na África. Cabe destacar que essas ações são continuadas, mantendo, em longo prazo, a promoção da socialização dos atores políticos tendo como um dos resultados não só a busca pela erradicação da fome, mas também o aprendizado político e construção de confiança pela convivência em um espaço institucional entre brasileiros e africanos (PMA, 2016; UNOSSC, 2016).

COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO BRASILEIRO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Uma vez localizados e avaliados dentro do modelo teórico os insumos brasileiros na seção anterior, trabalha-se agora o legado disso na conjuntura *path-dependent*. Fez-se isso por meio dos estudos de caso de Gâmbia, Senegal e Togo. Assim, focou-se na avaliação da sequência reprodutiva sobre a socialização e aprendizagem coletiva da experiência brasileira na África. Para tanto, metodologicamente, buscou-se os possíveis impactos das ações políticas e técnicas referentes à Lista 1 que vão dos insumos brasileiros do Centro de Excelência para a África para os casos do Gâmbia, Senegal e Togo; suas atividades, promoção e disseminação de aconselhamento político, treinamento e acompanhamento em suporte às políticas de alimentação escolar e segurança alimentar em diversos níveis; chegando ao nível de produtos e resultados.

Importante salientar que as fontes usadas nesta seção são primárias e qualitativas, em sua maioria, e quantitativas, em menor escala, focando-se em relatórios e balanços públicos do PMA, do Centro de Excelência e do MRE; base de dados seriada interna do Centro; e enquetes com os pontos focais governamentais nacionais de política de alimentação escolar nos países citados–cujo *template* segue anexo a este estudo. Assim, o mandato do Centro de Excelência (PMA, 2012) coloca que sua primeira função é a de compartilhar a experiência do Brasil com outras nações, reunindo as melhores práticas e buscando ser uma plataforma global para a troca de informações sobre alimentação escolar e segurança alimentar.

Dessa forma, o mandato básico do Centro desenvolveu três estratégias de ação, configurando-se em i) desenvolvimento de capacidades, incluindo aconselhamento político, assistência técnica, oportunidades de treinamento e aprendizagem; ii) consolidação de seu trabalho como repositório de conhecimento em alimentação escolar; e iii) promoção e defesa da luta global contra a fome. Escolheu-se focar, por razões metodológicas, no primeiro ponto sobre desenvolvimento de capacidades.

Prosseguindo, quando um país é informado da possibilidade de trabalho com o Centro, os que desejam parceria entram com um pedido no escritório do PMA em seu país ou região ou encaminham solicitação à embaixada brasileira.

Após discussões iniciais sobre agenda e termos de referência, um elemento central de aproximação é uma missão de estudos e diálogos ao Brasil (MARCONDES, DE BRYUN, 2015).

Essas missões, sendo uma ferramenta de partilha de conhecimentos, promovem o encontro dos agentes executores políticos demandantes com oficiais do PMA e com agentes brasileiros políticos, técnicos e das comunidades locais com as ações que têm implicações na alimentação escolar e na segurança alimentar contidas na demanda. Isso é importante porque a demanda africana exige uma estratégia de segurança alimentar específica, envolvendo proteção social e seguridade social intersetorial e interministerial e não apenas uma transferência de práticas (DEVEREUX, 2012).

Segundo os relatórios do Centro, entre os anos de 2011 a 2015, houve 43 missões ao Brasil, sendo que 27 foram de países africanos. Dessas, o Senegal foi o primeiro dos casos estudados a vir em 2012, seguido por Gâmbia e Togo em 2014. São nessas missões em que se localizou a existência do indicador de disseminação de mensagens políticas de alto nível, o qual impacta na relação da política exterior do Brasil com a África em um tema central deste trabalho: a disseminação de mensagens políticas de alto nível.

Por exemplo, de acordo com a base de dados do Centro (2016), 61% dos participantes das missões que vêm ao Brasil são agentes executores normalmente dos escalões mais altos, como ministérios e secretarias nacionais. Especificamente, dos treze participantes da missão de Gâmbia ao Brasil, dez eram membros do alto escalão[5] de seu governo; do Senegal, dos onze, cinco eram desse estrato, sendo que um era ministro de Estado; e do Togo, dos oito, cinco eram altos funcionários do Estado togolês. Observou-se com isso, que as mensagens chegavam diretamente aos agentes capazes de transmitir ou de influenciar os *decision makers* do Poder Executivo do Estado e do governo dos países visitantes e do Brasil. Complementando a diplomacia profissional tradicional.

[5] Considera-se que ocupantes de cargos públicos de alto escalão são aqueles que, legitimados pelo processo democrático, são eleitos ou nomeados, sendo profissionais híbridos responsáveis tanto pela gestão técnica eficiente quanto por atender aos objetivos políticos da agenda governamental. Os ocupantes do alto escalão do governo, sejam políticos, sejam burocratas, são *policy makers* que devem ser capazes de responder à dupla exigência político-técnica.

Como colocado na introdução deste estudo (LEWIN, 1947; WARWICK, 1973), o fato de serem *decision makers* ou agentes executores com influência direta sobre o tomador de decisão, a socialização no Brasil com agentes brasileiros também dos escalões mais altos, somados aos dos níveis locais, torna-se teoricamente capaz de gerar novas interpretações entre os países. Isso pode transformar a experiência compartilhada brasileira em mensagens de alto nível. Tal socialização, após ser instrumentalizada e transacionada por meio da organização e facilitação do aprendizado, induz a produtos como a consolidação das parcerias para alimentação escolar e segurança alimentar, envolvendo o Brasil. A análise feita sobre aos agentes brasileiros será descrita no final desta seção.

Mas em que se constituem essas missões e como elas impactam o relacionamento com a experiência brasileira? Especificamente, os objetivos de uma missão são: i) capitalizar e compreender o processo, marcos e coordenação das diferentes estruturas para a promoção e o aumento da produção agrícola local; ii) aprender e adotar os mecanismos que liguem medidas de incentivo e produtividade agrícola, com o apoio de outros programas relacionados com os alimentos; iii) beneficiar-se do apoio técnico do Centro de Excelência do PMA contra fome no desenho e implementação de programas de alimentação escolar sustentável; iv) explorar oportunidades para futuras parcerias do governo nacional com Centro de Excelência em outras áreas.

O processo para isso é: i) realizar reuniões e discussões com representantes de importantes autoridades governamentais, em particular com a ABC, os ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social; ii) acompanhar apresentações sobre políticas brasileiras de combate à fome e à pobreza, como do PAA e elementos de proteção social, e apresentações do PNAE; iii) visitas de campo em sítios onde haja programas de alimentação escolar em andamento. Os resultados e produtos então esperados dessas missões de estudo ao Brasil para o país demandante são que os membros da delegação adquiram consciência e desenvolvam competência para que possam propor planos de ação para seus países em adaptando as experiências brasileiras com apoio do Centro.

Após as visitas ao Brasil, foi identificado que os três países sob análise desenvolveram planos de ação sob o apoio continuado do Centro. Feita essa identificação de *outputs*, pode-se afirmar que foram localizados de forma positiva os seguintes elemento da Lista 1, como o desenvolvimento de partilha de estruturas conhecimento por meio de transações e aprendizado social institucionalizado que persiste no tempo; o adensamento das relações e novas interpretações entre Brasil e África; e o alcance de objetivos específicos em direção à transição para implementação de programas nacionais de alimentação escolar e de segurança alimentar.

Assim, viu-se que desde as primeiras visitas em 2012, do Senegal, e de 2014, do Togo e do Gâmbia, esses Estados vêm recebendo a experiência brasileira também na forma de seminários e de eventos internacionais multilaterais coordenados em parte ou majoritariamente pelo Centro de Excelência. Por exemplo, o Senegal fez em janeiro de 2014 um seminário nacional com a presença do ministro de educação senegalês, o embaixador do Brasil no Senegal e membros do PMA. Nesse evento, buscou-se aprofundar e monitorar os planos de ação 2014-2017 desenvolvidos em visita ao Brasil em 2012.

O que acontece, então, são mudanças que dependem do caminho já percorrido e que consolidem o legado dos insumos de desenvolvimento para a alimentação escolar envolvendo o Brasil. Verificou-se nesse ponto em que medida a cooperação Sul-Sul trilateral brasileira impacta e é impactada pelas ações do Centro com esses países. Essa parte da avaliação refere-se à verificação da variável de produtos de parcerias e desenvolvimentos de planos da Figura 1–a variável de letra O. Encontraram-se dados interessantes à hipótese de que o Centro de Excelência contra a Fome tem um impacto positivo na socialização do combate à fome na África e aumenta a aproximação entre Brasil e África por meio da cooperação Sul-Sul.

Quando se toma que o Ministério das Relações Exteriores, e seus diversos órgãos, como a ABC, são os planejadores e executores centrais da política exterior brasileira (CERVO, 2008), identifica-se o Centro como apoiador das ações do Itamaraty e da sua agência de cooperação. Sob o argumento desse artigo, isso intensifica e diversifica os processos pelas estruturas que o

Centro de Excelência, como instituição internacional, é capaz de proporcionar. Dessa maneira, foram estimadas as parcerias desenvolvidas para alimentação escolar e segurança alimentar, mensurando-se qual a correlação e a integral entre a cooperação Sul-Sul trilateral registrada pelos relatórios da ABC com o histórico do Centro de Excelência.

Por exemplo, identificou-se que a ABC é o principal ente do Estado brasileiro dotado de uma coordenação geral de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, cuja missão geral é a de "contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento" e para "disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições" (IPEA, 2011, s/p). Com isso, confirmou-se que a cooperação da experiência brasileira passa de alguma forma pelo registro nos repositórios da ABC e tem nela importante e contínuo apoio. Além de a Agência ser um *stakeholder* primordial do Centro no Estado brasileiro quanto à CSS.

Assim, ao analisar-se dados quantitativos da ABC[6] (04/08/16), encontrou-se informação que favorece a hipótese testada de maneira positiva. Averiguou-se que que a cooperação trilateral com organismos internacionais compõe 15% da cooperação Sul-Sul geral do Brasil, e 4% são com o PMA via Centro de Excelência. Complementarmente, essas ações coordenadas pelo Centro compõem pouco mais de 10%, do orçamento regional da cooperação Sul-Sul para a África (USD 5.065.613), em 2014, e pouco mais de 8% do orçamento para prestação de cooperação Sul-Sul geral da Agência (USD 7.099.064), também em 2014; último ano disponível para consulta imediata. Considera-se esses valores orçamentários representativo dentro da composição total dos investimentos, dado que estes são consideravelmente mais elevados numericamente do que a participação percentual do Centro de Excelência: sejam

[6]É relevante ressaltar que a página principal de pesquisa de projetos da ABC, http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa, permite acompanhamento em tempo real das ações levadas a cabo pela Agência e seus parceiros trilaterais. Isso possibilitou a avaliação de atualizar esse relatório estimativo citado, colocado à disposição do público geral anteriormente à data deste estudo. A data de acesso aos dados complementares aqui apresentados é de 04 maio. 2017.

4% das ações gerais com a África comparados com 11% dos dispêndios (ABC, 04/08/16).

Quando se focou nas interações sociais entre os países estudados e a ABC, verificou-se que não era preciso haver o projeto ainda em execução na área de segurança alimentar *lato sensu*, como proposto aqui, para que o Centro de Excelência servisse de complemento ferramental à política exterior brasileira. Nessa área, por exemplo, o Togo possuía poucos projetos em andamento com a ABC; trabalhando duas questões técnicas de agricultura de escala com a agência e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária–EMBRAPA. Entretanto, o Togo foi priorizado por configurar país em processo de transição em suas políticas e programas pelo PMA, o que configura de maneira prática a relação inovadora de parceria em cooperação Sul-Sul entre o Brasil e essa agência das Nações Unidas.

Complementarmente a isso, quando de sua visita ao Brasil em abril de 2014 os togoleses representando seus ministérios da Educação, da Agricultura, do Desenvolvimento Social, e do Planejamento interagiram com atores brasileiros do alto escalão da ABC, do Ministério do Desenvolvimento Social–MDS, do Ministério do Desenvolvimento Agrário–MDA, além de autarquias como o FNDE e o CONSEA e atores subnacionais como a Secretaria de Educação da Bahia e do governador desse estado (CEAH, 2016). Isso delineia a possibilidade de complemento do Centro à política brasileira a partir da análise dos balanços dos MRE até 2010 e de sua página *on-line* sobre as relações diplomáticas do Brasil com o Togo.

Talvez essa seja umas das razões pelas quais o Togo tenha respondido no *survey* proposto que a compreensão e sensibilização do país para o combate à fome, sob a égide do ODS 2, tenha sido fortemente e muito fortemente influenciadas pela partilha da experiência brasileira nessa área via Centro de Excelência. Relatou ainda esse país que, mesmo que as relações diplomáticas profissionais bilaterais sejam esparsas, a percepção do governo de Lomé sobre Brasília foi fortemente afetada pela ponte construída pelo Centro em se permitindo que o Togo acredite ter se aproximado do Estado e governos brasileiros de maneira muito forte a partir dessa conexão por uma instituição internacional. O que encontra como verdadeiro o desenvolvimento da partilha de

estruturas de conhecimento e o adensamento das relações e novas interpretações entre do modelo teórico da mudança.

Já com relação ao Senegal, tem-se ações mais profundas na integração sociopolítica entre os atores nacionais dessas duas nações do que entre Brasil e Togo. Com relação ao Estado senegalês, não somente houve visitas de estudo ao Brasil, houve um seminário sobre segurança alimentar fomentado por diversos agentes políticos em Dakar do qual o Centro participou e que contava com a participação direta do embaixador do Brasil naquele país, mantendo o tom das conversas em um patamar politicamente mais elevado. Somado a isso, o número de emissários de ministérios que vieram a Brasília desde Dakar foi superior tanto ao de Togo quanto ao de Gâmbia. Participaram da missão de 2012 o ministro da educação e emissários togoleses dos ministérios do Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Pesca; Fazenda; Justiça; Bem-estar Familiar, Mulheres, Infância e Juventude; e Emprego (CEAH, 2016).

Além desses atores nacionais, o vice-prefeito da cidade de Dakar, delegados-gerais da Assistência Social e Solidariedade Nacional de Educação e da Assembleia Professional de Artes e Ensino, além de representantes das comunidades rurais, universidades e institutos de pesquisa, interagiram com a antiga Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome– CGFOME do MRE, a ABC e o FNDE. Isso somado ao fato de que esses emissários também interagiram em relação ao combate à fome com a Prefeitura Municipal de São Paulo e seu prefeito, com uma posterior missão, em 2015, de merendeiras, professoras e pedagogas paulistanas a escolas senegalesas, por intermédio do Centro, para partilha de conhecimento técnico brasileiro de alimentação escolar (PMSP, 2016).

Salienta-se, ademais, que o Senegal já possuía projetos de cooperação com a ABC desde 2005 para agricultura extensiva e familiar, pecuária e pesca que impactam na segurança alimentar daquele país quando da vista ao Brasil e do seminário e da visita das agentes paulistanas ao país. Contudo, é importante localizar-se que das três ações de cooperação encabeçadas pela ABC hoje com o país, duas são efetivadas com o intermédio do Centro de Excelência. Por seu turno, o Senegal relatou em resposta à enquete proposta que que a compreensão e sensibilização do país para o combate à fome, ODS 2, foi

mediamente e fortemente influenciada pela partilha da experiência brasileira via Centro de Excelência.

Ainda em suas respostas, Dakar salienta que, embora as relações entre Brasil e Senegal sejam mais profundas do que ente Lomé e Brasília, a percepção do governo de Dakar sobre Brasília foi moderadamente afetada pela ponte construída pelo Centro. As respostas do Senegal relatam que este país se aproximou do Estado e governos brasileiros de maneira forte a partir dessa conexão por uma instituição internacional. O que valida, novamente, no modelo teórico da mudança, os indicadores desenvolvimento de partilha de estruturas conhecimento por meio de transações e aprendizado social institucionalizado que persiste no tempo; e adensamento das relações e novas interpretações entre os países.

Já o Gâmbia teve uma ação mais tímida que o Senegal, contudo maior do que a de Togo. Quando de sua visita ao Brasil, em 2014, foram colocados em contato com emissários gambianos dos ministérios da Educação; Integração Nacional e Terras; Fazenda; Saúde; além de membros do Instituto de Pesos e Medidas do Gâmbia; e a Associação Nacional de Nutrição com agentes brasileiros da CONAB; CONSEA; EMATER; FNDE; EMBRAPA; Ministério da Saúde; MDS; e MDA além de membros da sociedade civil organizada como assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, somados à visita ao estado baiano para visita técnica a escolas locais. Com relação à cooperação com a ABC, as duas ações ainda em execução do Brasil com o Gâmbia de âmbito de cooperação Sul-Sul geral são referentes à agricultura e alimentação: uma tecnológica com a EMBRAPA e a outra de segurança alimentar partindo da ABC e FNDE coordenadas pelo Centro de Excelência. O Gâmbia foi buscado para respostas à mesma enquete, mas até esse estágio da pesquisa ainda não apresentou suas percepções.

Ao relacionar-se isso com um elemento final da avaliação, compõe-se a variável sobre os objetivos específicos em direção à transição para implementação de programas nacionais de alimentação escolar e de segurança alimentar. Assim, quando se analisa e se supõe que os objetivos específicos que podem constituir programas, políticas ou estratégias de alimentação escolar,

deve-se levar em consideração os planos de ação dos países selecionados como estudo.

Como atividade de encerramento de uma missão de aprendizado da experiência brasileira, no Brasil e facilitada pelo Centro, o plano de ação é concebido em conjunto com o Centro nas sessões de encerramento da agenda de visita. Esses momentos finais de uma missão compõem interações nas quais as delegações constroem um guia que encaminhará os passos seguintes uma vez que eles estejam de volta em seu país. Esse guia já sai do Brasil com as atribuições ao Centro e aos escritórios locais e regionais do PMA. As sessões de planejamento incluem cinco objetivos: marco legal e institucional; capacidade financeira; capacidade de coordenação institucional; desenho e implementação de programas; e papel da comunidade local.

Dos planos de ação propostos de maneira global, de 37 países, 29 desenharam planos de ação, sendo que Senegal, Togo e Gâmbia estão entre os que concluíram esse processo. Dos 29 planos, 23 pretendem adotar o esquema das compras locais para alimentação escolar, inspiradas no PAA brasileiro, como modelo[7]. Nisso estão incluídos os três países selecionados. Contudo, o número decresce quando se analisa a real aprovação e validação nacional desses planos: 20 de 26. Senegal, Togo e Gâmbia aprovaram os seus. Como uma segunda etapa, 11 países estão interessados em avançar para a institucionalização nacional de suas ações em alimentação escolar e 17 buscam que isso seja implementado em lei.

Nesse sentido, até final de 2016, o Senegal, tinha adotado uma estratégia para alimentação escolar e o desenho final de um quadro institucional e legal para a alimentação escolar. Contudo, ainda busca melhorar a implementação de suas estratégias para o programa nacional e preparar uma lei relativa a um futuro programa nacional. Em relação ao Togo e ao Gâmbia, esses já caminhavam para a finalização e aprovação de sua política nacional de alimentação escolar; buscaram pelo desenho final e interministerial que promovesse um quadro

[7] São os 22 países, dos 26 prioritários do Centro, que buscam adotar o esquema de compras locais: Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malauí, Mali, Moçambique, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue. Os outros 4 que não escolheram esse modelo são: Angola, Congo, República Democrática do Congo e Sudão do Sul.

institucional e legal para a efetivação e perenizarão de um programa nacional de alimentação escolar, hoje já em forma de lei nacional. O Togo teve resultados ainda mais fortes e incluiu a alimentação escolar dentro de seu Plano Nacional de Desenvolvimento; além de fomentar de uma rede pan-africana de trocas de saberes e boas-práticas sobre alimentação escolar com outros países africanos– que também inclui o Senegal e o Gâmbia[8].

Para que isso avançasse, além do que aconteceu no Brasil em parceria com os atores políticos e técnicos brasileiros, o Centro disponibilizou a esses países assistência técnica direta e remota. Essa assistência atua em parceria com as instituições brasileiras e os escritórios locais e regionais do PMA. Isso auxilia no desenvolvimento das atividades previstas nos planos de ação. Seu ponto especifico é o incremento ao desenvolvimento de capacidades nacionais desses Estados que contaram com a assistência na realização de suas atividades.

Dessa forma, conclui-se nesta seção que houve avanços importantes em dois grandes sentidos. O primeiro desses avanços é o próprio desenvolvimento dos programas de alimentação escolar nos países a partir dos insumos brasileiros partilhados pelo Centro. Isso incrementou i) diretamente, as ações que sustentam a efetivação dos ODS 2 e 17–de erradicação da fome e das parcerias; e ii) indiretamente, outros ODS relativos à melhoria da educação e à diminuição da pobreza – como apresentados na introdução. O outro avanço é o referente à identificação dos elementos que sustentam a hipótese de que as relações do Brasil foram aproximadas com países da África Ocidental por meio da interveniência em segurança alimentar do Centro de Excelência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, após analisar e estimar os elementos empíricos dos indicadores e das variáveis das três sequências propostas no diagrama da Figura 1, concluiu-se que o Centro de Excelência contra a Fome tem um forte

[8] Essa rede configura-se atualmente na Rede Pan-Africana sobre Alimentação e Nutrição Escolares (Réseau Panafricain sur l'Alimentation et Nutrition Scolaires–REPANS), cujo *link* é: https://www.repans.org/repans/

impacto positivo na socialização brasileira com países africanos ocidentais selecionados como caso. Soma-se a isso o avanço dos países estudados em direção a uma segurança alimentar mais sustentável por meio de ações de alimentação escolar. Encontrou-se que esse desenvolvimento foi influenciado positivamente pela presença do suporte político e técnico do Brasil alinhado a uma instituição internacional interessada na manutenção da cooperação Sul-Sul, como Parceria pelas Metas, na busca pela Erradicação da Fome.

Além disso, mostrou-se que interesses convergentes entre diferentes agentes internacionais e governos nacionais para avanço de determinadas políticas públicas de desenvolvimento social, intermediados por instituições internacionais, podem levar a novas parcerias. Complementa-se que essas parcerias vão além de atingirem os objetivos iniciais, mas também têm impactos extras. Entre eles está o de aproximar países que não têm longo histórico de relacionamento bilateral ao intercambiar melhores práticas em fóruns multilaterais de cooperação, a exemplo do Centro de Excelência.

Também se concluiu disso que objetivos gerais de instituições internacionais e de política exterior de Estados-nacionais não são excludentes em seus meios e fins. Eles podem ser acentuadamente complementares, como é o caso do Centro às importantes ações já desenvolvidas pela ABC no continente africano. Assim, essa visão conforma-se em uma boa prática na política internacional.

Referências bibliográficas

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Bases de dados da cooperação Sul-Sul brasileira*. Disponível em <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa> Acessado em 04 ago. 2016.

ACF – ACTION CONTRE LA FAIM. Food security and livelihoods monitoring and evaluation guidelines. ACF: Paris, 2011.

ACF – ACTION CONTRE LA FAIM. Learning from Experience and Sharing Knowledge A Capitalization Manual. ACF: Paris, 2010.

ADLER, Emanuel. *Communitarian International Relations*: The Epistemic Foundations of International Relations. London, New York: Routledge: 2005.

BUNDY, Donald; BURBANO, Carmen; GROSH, Margaret; GELLI, Aulo; JUKES, Matthew; DRAKE, Lesley. *Rethinking School Feeding Social Safety Nets, Child Development, and the Education Sector*. Directions in Development. Washington: The World Bank, 2014.

BURLANDY, L. *Comunidade Solidária: engenharia institucional, focalização e parcerias no combate à fome, à pobreza e à desnutrição*. Rio de Janeiro. 2003. (Tese de Doutorado), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).

CEAH – CENTRE OF EXCELLENCE AGAINST HUNGER. *Bases de dados dos primeiros quatro anos 2011-2015.* Brasília: Centre of Excellence, CD-ROM, 2016.

CERVO, Amado. *Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CIRILO, Cristina; NOGUEIRA, Letícia; SOARES, Fábio Veras. "Brazil-Africa knowledge-sharing on social protection and food and nutrition security". *IPC-IG Working Paper 143, june* 2016.

COLLIER, Ruth; COLLEIR, David. *Shaping the political arena:* Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Change in Latin America. Princeton: Princeton University Press, 2002.
como política pública". *Conexto Internacional*. Vol. 35, Nº 1, 2013.

COSTA VAZ, Alcides; INOUE, Cristina. *Emerging donors in international development assistance: The Brazil case*. Ottawa: International Development Research Centre. 2007.

CUDWORTH, Erica; HOBDEN, Stephen. "Anarchy and Anarchism: Towards a Theory of Complex International Systems" *Millennium - Journal of International Studies.* December 2010 vol. 39 no. 2399-416.

DEUTSCH, Karl. *El Análisis de las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1974.

DEVEREUX, Stephen. "Social Protection for Enhanced Food Security in Sub-Saharan Africa". *UNDP Working Paper 2012-010*. New York, UNDP, 2012.

DOLOWITZ, David. MARSH, David. "Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Politics". *Governance*, Vol. 13, No. 1, January 2000.

EVANS, Peter. *Autonomia e parceria: Estado e transformação industrial.* Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

FAO – FUNDO DA ONU PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. L'Etat sénégalais et ses partenaires s'engagent pour la promotion des achats locaux d'aliments. Disponível em < http://www.fao.org/senegal/actualites/detail-events/fr/c/296377/ > Acessado em 07 ago. 16.

FAO – FUNDO DA ONU PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *The state of food insecurity in the world 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. FAO: Rome, 2014.

FONSECA, Luiz Eduardo. *Formulação de políticas de saúde em situação de pós-conflito: o processo de elaboração do primeiro documento propositivo de saúde para o Timor de 1999 a 2002.* Tese de doutorado pela ENSP-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

FRAUNDORFER, Markus. Brazil´s Emerging Role in **Global** Governance. Health, Food Security and Bioenergy. London: Palgrave, 2013.

IPEA – INSTITUTO NACIONAL DE POLÍTICAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005–2009*. Brasília: IPEA, 2011.

KOWERT, Paul; LEGRO, Jeffrey. *Norms, Identities, and their limits*: A Theoretical Reprise. IN: KATZENSTEIN, Peter. *The Culture of National Security*. Nova York: Columbia University Press, 2006.

LAL, Radhika; SOARES, Fábio Veras. *Inovações na proteção social no sul global.* Disponível em < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6227/1/RTM_v4_n2_Inova%C3%A7%C3%B5es.pdf > Acessado em 07 ago. 2016.

LEWIN, Kurt. "Frontiers in Group Dynamics: Concept, Method and Reality in Social Science; Social Equilibria and Social Change". *Human Relations*. June 1947 1: 5-41.

LIMA, Antônio Carlos de Souza Lima. *Notas (muito) breves sobre a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento*. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter (Org.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.* Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MARCONDES, Gabriela; DE BRUYN, Tom. "Brazil's South-South Cooperation in food security Capacity building approaches of the Centre of Excellence against hunger". *Food Security.* December 2015, Volume 7, Issue 6, pp 1153–1164.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENSOLVIMENTO SOCIAL. Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o governo da República do Senegal e o Ministério da Assistência e Reinserção Social da República de Angola. Brasília: MDS, 2005.

MILANI, Carlos. "Discursos y mitos de la participación social en la cooperación internacional para el desarrollo: una mirada a partir de Brasil". *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, n. 22, 2008.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. "Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização

MRE – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Balanço da Política Exterior 2003-2010*. Brasília: MRE, 2010.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Good Practices in South-South and Triangular Cooperation for Sustainable Development*. Nova York: UNSSC, 2016.

ONU SENEGAL. ONU Sénégal Online – 383, 15 février 2014. Disponível em < http://dakar.sites.unicnetwork.org/files/2013/06/ONU-Senegal-Online-N%C2%B0383.pdf > Acessado em 07 ago. 16.

PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. Relatório Anual do Centro de Excelência contra a Fome - 2015. Publicado em 2016. Disponível em < http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/reports/wfp283575.pdf > Acessado em 07 ago.16

PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. Relatório Anual do Centro de Excelência contra a Fome - 2014. Publicado em 2015. Disponível em < http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/reports/wfp275593.pdf?_ga=1.232771807.1750496685.1470605167 > Acessado em 07 ago.16

PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. Relatório Anual do Centro de Excelência contra a Fome - 2013. Publicado em 2014. .Disponível em < https://www.wfp.org/sites/default/files/WFP_CENTRE_REPORT2013_EGLISH.pdf > Acessado em 07 ago.16

PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS. Relatório Anual do Centro de Excelência contra a Fome – 2011/2012. Publicado em 2013. Disponível em < http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/special_initiatives/wfp253783.pdf?_ga=1.207984978.1750496685.1470605167 em 07 ago.16

PMSP – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Vencedoras do prêmio "Educação Além do Prato" vão visitar o Senegal*. Disponível em < http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Vencedoras-do-premio-Educacao-Alem-do-Prato-vao-visitar-o-Senegal > Acessado em 07 ago. 16.

RTS - RADIODIFFUSION TELEVISION SENEGALAISE. *Education : L'Etat compte généraliser les cantines scolaires.* Disponível em < http://www.rts.sn/articles-de-presse/education/education-letat-compte-generaliser-les-cantines-scolaires.html > Acessado em 07 ago. 16.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil Atlântico. Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

SUMBERG, James; SABATES-WHEELER, Rachel. "Linking agricultural development to school feeding in sub-Saharan Africa: Theoretical perspectives". *Food Policy*, Volume 36, Issue 3, June 2011, pages 341–349.

VASCONCELOS, F. A. G. “Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula”. *Rev. Nutr*. v.18, n.4, p.439-57, 2005.

VOGEL, Isabel. *Review of the use of theory of change in international development*. London: Department of International Development, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of Modern World-System. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, Marysia. International Relations Theory: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria da Política Internacional.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WARWICK, Donald. *Transnational Participation and International Peace*. IN: KOEHANE, Robert; NYE, Joseph. *Transnational Relations and World Politics.* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1973.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics.* Cambridge: Cambridge University Press, 2005

WFP – WORLD FOOD PROGRAMME. *Integrated road map: positioning WFP for a changing world*. Disponível em < http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/resources/wfp280516.pdf > Acessado em 07 ago. 16.

WFP – WORLD FOOD PROGRAMME. *WFP Honours Brazilian President for Role in Fighting Global Hunger*. Disponível em < http://www.wfp.org/news/news-release/wfp-honours-brazilian-president-role-fighting-global-hunger > Acessado em 07 ago. 16.

ANEXO 1. Enquete aplicada a Senegal, Togo e Gâmbia sobre a patilha de conhecimentos sobre as estratégias de luta contra a fome entre o Brasil e a África.

ENQUETE: LE PARTAGE DES CONNAISSANCES SUR LES STRATEGIES DE LA LUTTE CONTRE LA FAIM ENTRE LE BRESIL ET L'AFRIQUE

Cette enquête a été créée par le Centre d'Excellence contre la faim comme partie d'un rapport de recherche sur « la Coopération Sud-Sud en Sécurité Alimentaire : les influences du Centre d'Excellence du Programme Alimentaire Mondial sur les relations Brésil-Afrique ». L'expérience de votre pays c'est très importante pour comprendre l'impact produit pour le partage de connaissance avec le Brésil en matière de sécurité alimentaire et pour analyser des moyens pour améliorer le processus. Cette enquête ne prend que trois minutes maximum pour être répondue.

Pays: Nom:

Agence/Institution:

	Très faible	Faible	Moyennement faible	Moyennement fort	Fort	Très fort
Dans quelle mesure des démarches en sécurité alimentaire de votre pays ont augmenté en raison des activités de coopération Sud-Sud d'apprentissage ?						
Dans quelle mesure la compréhension de votre pays sur la lutte contre la faim est dérivée du partage de connaissances promu par le Centre de l'Excellence?						
Dans quelle mesure pensez-vous que l'expérience brésilienne en matière de sécurité alimentaire a été partagée par le Centre d'Excellence ?						
Dans quelle mesure pensez-vous que l'expérience brésilienne a influencé les initiatives de sécurité alimentaire dans votre pays ?						
Dans quelle mesure les activités du Centre d'Excellence ont affecté la perception du gouvernement de votre pays sur le Brésil ?						
Croyez-vous que le partage de l'expérience brésilienne a rapproché le Brésil de votre pays ?						

Recebido em 28 de agosto de 2016.
Aprovado em 06 de junho de 2017.